

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL	
Apelação Cível nº: 336173-7	4ª Vara Cível de Caruaru
Apelante: Banco BMG S/A.	
Apelado: Maria Célia Moraes Vila Nova	
Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho.	

**EMENTA:** APELAÇÃO CIVIL. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. VALOR NÃO OPORTUNIZADO AO CORRENTISTA. DESCONTO INDEVIDO. INSCRIÇÃO NOS ORGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. FALHA NO SERVIÇO. DANOS MORAIS. MANUTENÇÃO.

1. Verificada falha na prestação do serviço bancário (consistente no desconto indevido na conta corrente do consumidor e consequente negativação do seu nome) a instituição financeira responde independentemente de culpa pelos danos decorrentes, cumprindo ao consumidor provar, tão somente, o dano e o nexo de causalidade. Precedentes.
2. O valor fixado pelo magistrado a quo é suficiente à finalidade de reprimenda do caráter dissuasório, da medida, tempo em que o mantenho, pois compatível com os valores fixados por este Tribunal em casos semelhantes.
3. Recurso de Apelação e Recurso Adesivo os quais se nega provimento.

#### ACÓRDÃO

Visto, discutido e votado este recurso, ACORDAM os Desembargadores integrantes da PRIMEIRA Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **negar provimento ao Recurso de Apelação e ao Recurso Adesivo**, tudo nos termos do voto e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste aresto.

Recife, 24 de setembro de 2014.

  
Stênio Neiva Coêlho  
Desembargador Relator



PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL	
Apelação Cível nº: 336173-7	4ª Vara Cível de Caruaru
Apelante: Banco BMG S/A.	
Apelado: Maria Célia Moraes Vila Nova	
Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho.	

## RELATÓRIO

Trata-se de apelação cível interposta pelo Banco BMG S/A em face da sentença proferida pelo juízo da 4ª Vara Cível de Caruaru, que, nos autos da ação de declaração c/c Indenização, declarou a inexistência de débito referente ao contrato de empréstimo, motivo pelo qual condenou o Banco Apelante ao pagamento de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) a título de danos morais, estes configurados pela inscrição indevida do nome da Autora nos órgãos de restrição creditícia SPC/SERASA.

Por fim, condenou a instituição financeira recorrente em honorários advocatícios fixados em 15% sob o valor da condenação.

Em suas razões, a apelante pugna pela reforma da sentença, alegando, em síntese, que por falta de margem consignável não conseguiu efetuar o desconto total mensal no contra cheque da Autora referente ao contrato de empréstimo pactuado, portanto, sua atuação foi pautada dentro da boa-fé e legalidade e que, portanto, não há que se falar em ato ilícito caracterizador de danos na esfera extrapatrimonial do autor, caso não seja esse o entendimento, pugna pela minoração da quantia em respeito aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Por sua vez, a Autora interpôs Recurso Adesivo, em que pleiteia a majoração dos danos morais fixados e dos honorários advocatícios.

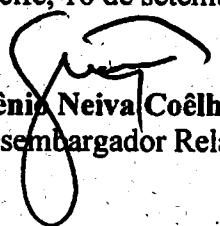
O Bancq Apelante apresentou suas contrarrazões ao Recurso Adesivo, rebatendo os argumentos aduzidos no recurso e pugnando pelo seu não provimento.

É o essencial a relatar.

Dispensada a remessa dos autos ao revisor, em virtude do valor da causa não ultrapassar a importância de 60 (sessenta) salários mínimos, tampouco envolver a questão em lide matéria de alta indagação, por aplicação analógica do art. 551, §3º do CPC, referendado pelo art. 76, parágrafo único, do RITJPE.

Inclua-se em pauta.

Recife, 16 de setembro de 2014.

  
Stênio Neiva Coêlho  
Desembargador Relator

PRIMEIRA CAMARA CÍVEL	
Apelação Cível nº: 336173-7	4ª Vara Cível de Caruaru
Apelante: Banco BMG S/A.	
Apelado: Maria Célia Moraes Vila Nova	
Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho.	

## VOTO

O cerne da questão consiste em saber se assiste direito indenizatório ao demandante que teve descontando indevidamente de sua conta corrente parcela relativa a empréstimo consignado do qual não foi beneficiado, sob argumento de que não havia margem consignável suficiente.

Quando da realização de um contrato de empréstimo, o solicitante da quantia espera poder se beneficiar desta, por vezes, com certa brevidade, haja vista por se encontrar em um momento de dificuldade financeira, não encontrando outra solução se não se socorrer à instituição financeira.

Assim, operado os descontos na conta corrente do suposto beneficiário, relativo às parcelas do contrato de empréstimo, se espera que o valor solicitado já fosse oportunizado ao contratante.

Portanto, a falta de margem consignável que impediu o desconto total mensal no contra cheque da Autora referente às parcelas do empréstimo, resultando na suspensão da quantia contratada, atesta a falha de serviço do Banco e a conduta ilícita, ensejando o dever de indenizar.

Pois, eventual falha cometida pelo banco não a exime da responsabilidade pelo ilícito, considerando-se que a relação contratual que ensejou o evento danoso foi entabulada entre ele e a demandante, portanto, deveria ter diligenciado com mais cautela, capaz de verificar que a demandante não tinha margem de crédito suficiente para o empréstimo de determinada quantia, e não suspender o valor após, inclusive, de já ter efetuado diversos descontos na folha salário da correntista.

Com efeito, nos termos da Súmula 297 da Corte Superior de Justiça, "o Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras" e, de acordo com o artigo 14 desse diploma, o fornecedor de serviços responde objetivamente pelos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços.

Vale dizer, considerando que os descontos indevidos implicaram em redução do montante a que faz jus a apelada, não há como desconhecer a extremada preocupação e desconforto por ela experimentados, ao ver bruscamente alterada a sua rotina e consequentemente rompido o controle das despesas assumidas para o mês.

Assim, tendo sido o dano injusto efetivamente demonstrado, notadamente na esfera extrapatrimonial, pertinente se mostra a condenação em indenização pelos danos morais.

Neste sentido, é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. CABIMENTO. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. INEXISTÊNCIA. DESCONTOS INDEVIDOS DA CONTA CORRENTE. VALOR FIXADO. MINORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Como a formalização do suposto contrato de empréstimo consignado em folha de pagamento não foi demonstrada, a realização de descontos mensais indevidos, sob o pretexto de que essas quantias seriam referentes às parcelas do valor emprestado, dá ensejo à condenação por dano moral.

2. Esta Corte Superior somente deve intervir para diminuir o valor arbitrado a título de danos morais quando se evidenciar manifesto excesso do quantum, o que não ocorre na espécie. Precedentes.

3. Recurso especial não provido.

(STJ, REsp 1238935/RN, Terceira Turma, Ministra NANCY ANDRIGHI, Dje 28/04/2011) (Grifei)

Em recente julgado, o precedente deste Tribunal é da seguinte maneira, inclusive de minha relatoria:

**EMENTA:** APELAÇÃO CIVIL. DESCONTOS INDEVIDOS NA CONTA CORRENTE DA CONSUMIDORA. DANOS MORAIS E MATERIAIS. CONFIGURADOS. FALHA NO SERVIÇO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO.

1. É pacífico na jurisprudência o entendimento de que nas operações realizadas por instituições financeiras cabem a estas provar que não houve falha na prestação do serviço, pois não se aplicam apenas os princípios civilistas que regem a responsabilidade civil, devendo aplicar também a regra estabelecida pelo Código de Defesa do Consumidor que prevê a responsabilidade objetiva do prestador de serviços (art. 14, § 3º, do CDC)

2. Desconto indevido nos vencimentos da autora, em virtude de suposto empréstimo consignado, sem que, ao menos, restasse comprovada qualquer contratação entre as partes. Dano in re ipsa. Valor dos danos morais em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), pois compatível com os valores fixados por este Tribunal em casos semelhantes, em cotejo com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

3. No que tange ao dano material, a instituição financeira não apresentou qualquer documento que comprovasse a autorização para o empréstimo consignado por parte de sua cliente, havendo abuso do direito da cobrança e má-fé, capaz de ensejar na repetição do indébito pelo dobro do que indevidamente foi cobrado, de acordo com o regramento esculpido no art. 42, parágrafo único do CDC.

4. Recurso provido.

(TJPE, AC 0311033-2, Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho, Quinta Câmara Cível, Data de Julgamento: 21/08/2013).

Em relação ao *quantum* indenizatório, este deve ser fixado em coerência com o dano efetivamente sofrido e com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, além do seu caráter dissuasório, isto é, com o escopo de reprimir a reiteração da conduta, evitando-se, com isso, futuras lesões aos consumidores.

Desta feita, entendo que o valor fixado pelo magistrado a quo, R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), é suficiente a finalidade de reprimenda do caráter dissuasório da medida, tempo em que o mantenho, pois compatível com os valores fixados por este Tribunal em casos semelhantes.

Com relação aos honorários advocatícios, bem andou o Juízo *a quo* na sua fixação, tendo em vista o tempo despendido no trabalho, sua qualidade e grau de zelo profissional e ainda mais em face da complexidade do caso, entendo que a melhor solução é a estipulação do percentual de 15% do valor da condenação a título de honorários advocatícios, observando os parâmetros constantes no art. 20, §3º, CPC.

À luz de tais considerações, bem como em consonância com os elementos de convicção constantes nos autos, voto no sentido de **negar provimento** ao presente recurso de apelação da instituição financeira, bem como ao recurso adesivo da apelada.

É como Voto.

Recife, 23 de setembro de 2014.

  
Stênio Neiva Coêlho  
Desembargador Relator